



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2010-2014)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José da Graça Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Nenésio Afonso

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberto a sessão às 9 horas e 30 minutos.

Ordem do Dia. — Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Aérton do Rosário (MLSTP/PSD) chamou atenção para o cumprimento dos artigos 81.º e 116.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Foi aprovado, na generalidade; o projecto de lei n.º 42/X/7.ª/2017 – Lei de Base de Saúde.

A Mesa deu conta da leitura do Despacho n.º 2/X/7.ª/2018, do Gabinete do Presidente.

Foram eleitos os cinco Juízes Conselheiros para o Tribunal Constitucional, após a apresentação dos respectivos candidatos, pelo Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI).

De seguida, foi aprovado o projecto de resolução n.º 63/X/7.ª/2018 — Eleição de Juízes do Tribunal Constitucional.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.
Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma d' Assunção **dos Ramos**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
Arlindo Quaresma **dos Santos**
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Danib Adilson Lima da Fonseca **Narciso**
Egrinaldo de Carvalho Viegas **de Ceita**
Esmael da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António **Monteiro** Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Domingos Monteiro **Fernandes**
Jorge **Amado**
Gaudêncio Luís da **Costa**
Manuel da Cruz Marçal **Lima**
Mohamed Guadalupe Ramos **da Glória**
Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena M. de Fátima dias X. de P. **dos Prazeres**
Jorge Dias **Correia**

José Luís Xavier Mendes

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

Sr. Ministro da Presidência do Conselho dos Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados e, a todos, muito bom dia. Portanto, precisamos de completar a Mesa com os Srs. Secretários da Mesa.

Entretanto, assumiu o lugar na Mesa o Sr. Vice-Secretário Sebastião Pinheiro, a convite do Sr. Presidente, tendo em conta que os Srs. Deputados Aérton do Rosário e Mohamed da Glória revelaram-se indisponíveis.

Sem mais delongas, passemos à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 42/X/7.ª/17 – Lei de Base de Saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário, para uma intervenção.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção da Mesa para o artigo 81.º do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, gostaria de saber o número do artigo.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — N.º 2 do artigo 81.º. Aqui diz o seguinte: «Interrupção da Reunião. A interrupção a que se refere o número anterior, se deliberada, não pode exceder 15 minutos, quando requerida por grupos parlamentares com menos de cinco Deputados, nem 30 minutos, quando se trata de grupos com mais de cinco Deputados.» Em que condições estamos aqui presentes?

Já agora, Sr. Presidente, gostaria de chamar atenção para o artigo 86.º do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Estamos aqui, como eu dizia, para retomar a sessão que foi suspensa, por haver muito acto de indisciplina na altura.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — É a lei.

O Sr. **Presidente**: — Mais isso quer dizer o quê? O que é que vocês pretendem? Eu quero saber o que vocês pretendem como resposta.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Nós não. Veja o que diz o Regimento. Não é legal. Não pode.

O Sr. **Presidente**: — Houve na altura muita indisciplina, uso de vuvuzelas e apitos aqui na Sala do Plenário. Acha que isso é digno de um parlamento? Por amor de Deus! Mostrem-me no Regimento onde diz que se pode entrar com vuvuzelas, apitos e tudo. Também usaram aqui palavras obscenas.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, desculpe. Gostaria de uma resposta da Mesa da Assembleia Nacional, quanto aos artigos 81.º e 86.º do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Está bom. Agora, diz-me qual é o grupo parlamentar que pediu a suspensão.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estou no uso da palavra, eu estou no uso da palavra, eu estou no uso da palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, fala! Fala que eu estou a ouvir!

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Estou no uso da palavra, Sr. Presidente.

Assistimos, na comunicação social, o Líder Parlamentar ADI, o ADI, como partido que sustenta o Governo, falar de ilegalidade e estamos aqui a falar de legalidade. Sr. Presidente, o artigo 81.º e 116.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Cabe à Assembleia Nacional cumprir as leis e as regras.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Agora pergunto, qual é a bancada que pediu a suspensão? Temos mais do que razões suficientes para pedir a suspensão. Tendo em conta o ambiente...

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do Deputado do UDD.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vamos cumprir a legalidade dos actos.

Sr. Deputado, é legal o que estamos a fazer. Estamos a retomar a sessão.

Protestos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se continuar a perturbar a sessão, vou ter que tomar medidas directas disciplinares.

Risos e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Estou a invocar o Regimento da Assembleia Nacional. Artigos 81.º e 116.º. Cabe a Vossa Excelência cumprir.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — O quê? Ameaça?

O Sr. **Presidente**: — Estou a avisar.

Todos receberam a comunicação de que haveria sessão plenária hoje.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Legalidade, legalidade, Sr. Presidente.

O senhor está a nos ameaçar. E outra, o senhor...

O Sr. **Presidente**: — Vamos avançar os nossos trabalhos.

Protestos do MLSTP/PSD.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Não, não, não.

O Sr. **Delfim Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estou a pedir a palavra. Então, estou a pedir a palavra e está só a dizer «avançar, avançar, como é que é? Isso é assim?»

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder à votação, na generalidade, deste projecto de lei.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Vossa Excelência está a estragar o trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Quem está a favor do projecto o favor de se pronunciar.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Legalidade, legalidade.

Protestos com som de apito e de vuvuzela.

O Sr. **Presidente**: — Quem está contra?

Quem se abstém?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há invocação ao Regimento. Sr. Presidente, invocação ao Regimento.

Submetido à votação, foi aprovado com 33 votos a favor, do ADI.

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD, com som de apito e de vuvuzela.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, isso não é democracia.

O Sr. **Presidente**: — Agora, vamos abordar, na generalidade, especialidade e final global, o projecto de resolução n.º 62/X/7.ª/17 – Que Elege os Cinco Juizes do Tribunal Constitucional.

Uma Voz do MLSTP/PSD: — Sr. Presidente, Sr. Presidente...

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD.

Vozes do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD: — *Isso não é democracia, isso não é democracia. Legalidade dos votos, legalidade dos votos, legalidade dos votos.*

Ruídos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Vou dar a conhecer o tempo: o Governo tem 21 minutos, o ADI, 21, o MLSTP/PSD, 7, PCD, 5 e o UDD, 3.

Após aprovação pela Assembleia e promulgação, pelo Presidente da República, da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional,...

Vozes do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD: — *Ditador, ditador, ditador...*

O Sr. **Presidente:** — ...*Diário* n.º 19, de 27 de Dezembro de 2017, eis que chegou o momento de elegermos os cinco juízes que irão compor esse Tribunal.

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD, com som de apito e de vuvuzela.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sra. Secretária da Mesa, a senhora não pode recolher imagens indevidamente. Vamos partir o telemóvel, a senhora vai ver.

O Sr. **Presidente:** — Neste sentido, convido o proponente da iniciativa, na pessoa do Líder do Grupo Parlamentar do ADI, para fazer a apresentação das candidaturas.

A Sra. **Beatriz Azevedo:** — Quem mandou a Sra. Secretária recolher imagens?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quem autorizou?

A Sra. **Beatriz Azevedo:** — Sra. Secretária tem credencial para colher imagens? Onde é que está escrito que a Secretária pode filmar? Onde? Quero saber.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Isso é uma ditadura!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do ADI tem a honra de apresentar...

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD, com som de apito e de vuvuzela.

... os candidatos para preencherem a vaga do Tribunal Constitucional.

O Sr. Carlos Olímpio Stock, de 56 anos de idade, Licenciatura em Direito na Universidade Estatal de Azerbaijão, Magistratura Judicial no Centro de Estudos Judiciários de Lisboa, Portugal, Curso de Extensão Universitário para Conservadores e Notários.

Outro candidato de nome José António Vera Cruz Bandeira, de 56 anos de idade, profissão, Jurista/Magistrado Judicial, Licenciatura em Direito, pela Universidade Estatal de Moscovo, Mestre em Arte Jurídicas, pela decisão especial da Comissão Estatal de Exames, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

Outro candidato, nesse caso, a candidata Kótia Solange do Espírito Santo Menezes, de 38 anos de idade, Licenciatura em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa, Formação de Magistrados, no Centro de Estudos Judiciários,...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa. Interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Ruídos.

...Juíza de Direito, no Tribunal de 1.ª Instância, dentre outras.

Outro, Jonas Gentil, de 40 anos de idade, Mestre em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Jurista na Agência Nacional de Petróleo... portanto, são esses candidatos...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa.

Ruídos gerais.

Vozes do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD: — *Interpelação à Mesa.*

O Sr. **Presidente:** — Suspendo a sessão por 15 minutos para repor a ordem na Sala. Ponto final.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — *Interpelação à Mesa, Sr. Presidente. Está no Regimento.*

Vozes do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD: — *Interpelação à Mesa, interpelação à Mesa.*

O Sr. **Antônio Barros** (MLSTP/PSD): — *Isso é demais também. Já é demais.*

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — *Isso é ditadora demais. Interpelação à Mesa. Não pode. Interpelação à Mesa.*

Não há condições de trabalho, Sr. Presidente.

Murmúrios da Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD).

Ruídos e protestos gerais.

Entretanto, o Sr. Deputado Jorge Amado (MLSTP/PSD) levantou-se, retirou a urna da mesa, saiu da Sala, atirou-a varanda abaixo, voltou à Sala e desligou o microfone da Tribuna.

Protestos gerais.

Suspendeu-se a sessão às 9 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar a nossa sessão de trabalhos.

Eram 11 horas e 7 minutos.

Estava o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira a fazer a sua intervenção, peço-o para continuar, mas antes peço a Sra. Secretária para fazer a leitura do despacho do Presidente da Assembleia Nacional.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

«Assembleia Nacional, Gabinete do Presidente.

Despacho n.º 2/X/GPAN/2018.

Tendo em conta que a sessão plenária de hoje, dia 15, foi suspensa por causa da atitude de algumas Sras. Deputadas e alguns Srs. Deputados, no sentido causar distúrbios e perturbações, visando interromper a sessão;

Tendo ainda em conta que os mesmos, com as suas atitudes violentas, tentaram derrubar a urna, assim como roubá-la, a fim de impedir o processo de votação;

Nestes termos, usando a faculdade que me é conferida pela alínea k) do artigo 28.º do Regimento da assembleia Nacional, «manter a ordem e a disciplina, bem com a segurança da Assembleia, podendo para isso requisitar e usar os meios necessários e tomar as medidas que entender conveniente; determino:

Primeiro, fica proibida a entrada, na Sala do Plenário, durante a reunião de hoje, dia 15, dos seguintes Srs. Deputados:

1. O Sr. Deputado Jorge Amado...»...

Risos e protestos do MLSTP/PSD.

2. O Sr. Deputado António das Neves do Sacramento Barros.
3. A Sra. Deputada Beatriz Veiga Mendes Azevedo.
4. O Sr. Deputado Vasco Gonçalves Guiva
5. Sr. Deputado Gaudêncio Costa
6. O Sr. Deputado Aérton do Rosário Crisóstomo.

Vozes do MLSTP/PSD: — *Ohhh!*

O Sr. **Presidente:** — Portanto, peço aos Seguranças para cumprirem esse despacho do Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PDS): — Qual Segurança?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Primeiro-Ministro manda Presidente da Assembleia Nacional retirar Deputados da Sala!

Estou aqui pra ver quem vem tira-me daqui.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de evocar o artigo 81.º do Regimento, por favor.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Isso já aconteceu em São Tomé e Príncipe alguma vez?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — E parece que não está a ser transmitido.

Nós pedimos apoio. Estamos aqui para defender a Constituição. Pedimos apoio.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Manda segurança entrar na Sala.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, interpelação à Mesa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Pedimos apoio! Estamos em perigo! Estão a mandar Seguranças para atacarem os Deputados da Nação!

O Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, deu ordens ao Sr. Presidente da Assembleia para tirar Deputados à força da Sala!

Queremos apoio!

Pedimos socorro!

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Todas as forças vivas da Nação, pedimos socorro!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — O Sr. Primeiro-Ministro quer guerra, quer morte.

Uma Voz do MLSTP/PSD: — Calma!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Estou calma.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, por enquanto, não há clima para fazer nada. Então aguarda.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Quem é presidente da Assembleia neste momento é o Primeiro-Ministro. Já deu ordens para matar Deputados.

Sr. Presidente, invocação ao Regimento.

Interpelação à Mesa.

Murmúrios.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Ninguém sai daqui. Podem nos matar.

Ninguém sai daqui.

Ruídos.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Ainda bem que o povo de São Tomé e Príncipe está atento.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Só vamos sair daqui mortos.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, digam-me em que parlamento vemos deputados a se comportarem como temos estado a assistir desde o dia 10?

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD.

Em nenhum parlamento.

Em princípio, a função dos deputados é *parlar*. Quer dizer, falar e invocar alguns aspectos que têm a ver com o problema da Nação. Agora, utilizar a sessão plenária para transformar isso numa espécie de ring ou de mercado, com promessas e ameaças de morte e mais não pode ser. Eu tenho que pôr ordem nisso.

Já ouvi uma série de insultos e considerações terríveis à minha pessoa.

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD.

Vamos retomar a sessão quando houver ordem. Enquanto não haver ordem, não retomaremos a sessão.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, respeite o Regimento da Assembleia Nacional. Pense pela sua cabeça e respeite o Regimento.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, estou a pedir para intervir, para ajudar a organizar os trabalhos. Esse é a minha função, enquanto Deputado.

Gostaria que Vossa Excelência prestasse atenção a este facto. Temos que fazer de tudo para evitar situações piores.

Estou a pedir a palavra e o Sr. Presidente não quer me dar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, como a própria Vossa Excelência notou, a situação não está boa. Em nome do meu Grupo Parlamentar, estou a pedir uma suspensão de 15 minutos e, em consequência, uma reunião dos Líderes Parlamentares, para que possamos conversar e encontrar uma solução, para que os trabalhos possam voltar a funcionar pacificamente.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Presidente, independentemente do murmúrio que aqui se encontra, o artigo 81.º, ponto 1 do Regimento da Assembleia Nacional diz: «Os Grupos Parlamentares podem requerer uma vez a interrupção da reunião plenária, a qual não pode ser recusada pelo Presidente da Assembleia Nacional.» Feito um transporte, e como o meu Grupo Parlamentar tem 5 Deputados, estou a pedir 15 minutos, em nome do bom senso, em nome da paz e em nome da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Então, neste caso, voltaremos a suspender a sessão e retomaremos daqui há 15 minutos.

Pausa.

Entretanto, os Srs. Deputado se mantiveram na Sala.

Os assuntos que vêm à plenária já estão agendados, os senhores todos sabem. Todos os diplomas estão agendados.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Conferência de Líderes, para encontrar o diálogo. O senhor tem que ser homem de diálogo. O senhor é Deputado. Diálogo entre os Líderes Parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — O diálogo é bom, quando há um ambiente favorável.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Mas é o diálogo que cria o ambiente favorável. Diálogo restrito entre os Líderes Parlamentares e o Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Eu já suspendi a sessão.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Presidente, hoje não é dia parlamentar. Nem devia haver parlamento hoje. Não criemos problemas aqui dentro.

Murmúrios.

Sr. Presidente, toda gente que está cá tem sangue e eu acho que devemos fazer as coisas na base da paz.

Murmúrios do ADI.

O senhor não deve receber ordens de ninguém aqui dentro.

Suspendeu-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos retomar a nossa sessão.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Portanto, o Sr. Deputado Abnildo estava a intervir, gostaria de convidá-lo a continuar.

Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, no âmbito da minha intervenção, faltava o apresentar o candidato de nome Fábio da Graça Sousa Sardinha, de 44 anos de idade, Magistrado.

É o que eu queria concluir.

Obrigado Sr. Presidente.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos Serviços para chamarem a comunicação social.

Pausa.

Acabamos de ouvir a conclusão da apresentação dos candidatos, pelo Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, agora vou convidar as Srs. e Srs. Deputados a participarmos no acto de votação.

Com base na lista nominal dos Deputados, a Mesa passa a chamar os mesmos, para levantarem os boletins junto à Mesa da Assembleia Nacional e, em seguida, dirigirem-se às urnas, para depositarem os boletins de voto.

Convido os dois Secretários, para servirem de escrutinadores.

Ruídos.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Nunca se viu isso aqui.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Nesta sessão não se dá a palavra a ninguém?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — É uma ditadura. Ditadura total.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Estamos numa ditadura total. Ninguém fala na assembleia. O Sr. Presidente não dá a palavra a ninguém.

Pedimos a intervenção dos amigos, para interromper essa barbárie que está a acontecer. Estamos a fazer um apelo dramático a todas as forças da sociedade.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, é cansativo estar numa sessão plenária...

Ruídos.

Posso continuar, Sr. Presidente.

É cansativo.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD):— Eles só querem é votar. Não querem mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Sim, pode continuar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Como eu dizia, é muito triste estar numa reunião plenária de um parlamento plural, em democracia, e nós sempre nos arrogamos em dizer que o País é democrático, e ver o que está a passar aqui, que é uma vergonha.

Murmúrios do ADI.

É uma vergonha.

E eu tenho dois pedidos de esclarecimentos. Um primeiro pedido, julgo que foi discutido na Conferência de Líderes, o que é que estamos aqui a fazer hoje?

O segundo, tem a ver com o resultado da primeira votação, que eu não entendi absolutamente nada. Estamos numa sessão parlamentar, com mais de 55 Deputados, creio eu, e só ouvi o Presidente anunciar votos a favor. «Quem vota a favor?» e logo bateu o martelo. Não há votos contra e não há abstenção, porque o senhor nem se quer perguntou. Então, esse voto não tem qualquer valor jurídico-legal...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr. Deputado, desculpe dizer-lhe isso, mas está gravado. Quando o Sr. Deputado quiser, verifique a gravação. Eu fiz a pergunta e ninguém reagiu. Verifique a gravação.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não. Não houve nenhuma pergunta dessa. Portanto, é essa a minha questão e também a minha indignação, pela forma como o trabalho está a ser conduzido.

Julgo que o que está hoje forjado é: custe o que custar, morra quem morrer, a eleição dos juizes do Tribunal Constitucional, ilegal, terá que ser realizada. A maioria assim quer, assim será. Mas peço-vos para registarem as consequências que isso poderá ter.

Muito obrigado.

Murmúrios gerais.

Entretanto, o Sr. Deputado Jorge Amado (MLSTP/PSD) levantou-se, retirou a urna da mesa e se dirigiu à porta, mas foi impedido por um segurança de sair da sala, pelo que atirou a urna ao chão e pisou-a.

Mas isso é contra nós, minha gente. Vocês estão a ver o que vai acontecer? Está bom não é? Registem. Foi muito bom.

Ruídos gerais.

Isso é bom? Está bom?

Entretanto, o Sr. Deputado Vasco Guiva (MLSTP/PSD) levantou-se e tentou tirar os boletins da mão do Sr. Presidente, pelo que houve a intervenção dos seguranças do Presidente, e de seguida fizeram com que o Sr. Presidente saísse da Sala.

Depois disso, entraram na Sala a Força de Intervenção Rápida, que orientaram à saída de todos os Srs. Deputados.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Queremos apoio. Forças vivas da Nação têm que apoiar os Deputados.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLST/PSD): — Primeiro-Ministro manda retirar os Deputados da Sala. Primeiro-Ministro quer guerra, quer morte.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Está-se a cometer um crime aqui na Assembleia Nacional e nós pedimos apoio de todos. Nós pedimos apoio de todos. O ADI quer matar Deputados, quer matar pessoas aqui dentro. Têm ordens de Patrice Trovoada para nos matar. Pedimos apoio de todos. Esta lei inconstitucional não pode ser votada. Esta lei não pode ser votada.

Estão a entrar agora forças, estão a entrar. Estão a invadir o Parlamento. A Polícia de Choque está a invadir o Parlamento...

Todos os Srs. Deputados foram conduzidos para fora da Sala, tendo depois entrado apenas os Srs. Deputados do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, gostaria de pedir às autoridades para protegerem as nossas urnas aqui na Sala. O processo de votação vai ocorrer da seguinte maneira: teremos duas voltas de votação. Na primeira volta...

Uma voz ADI: — Chame a gente para votar e pronto.

O Sr. **Presidente**: — Nesse sentido, vamos iniciar o acto de votação para o 2/3 primeiro. A votação vai decorrer de forma nominal, vai-se chamar os Deputados um por um

A Sra. **Secretária**: — Sr. Presidente, por favor, vai votar. Há esferográfica lá?

Murmúrios.

O Sr. **Secretário** (Nenésio Afonso) procedeu à chamada nominal dos 55 Deputados, a fim de participarem no processo de votação, primeira volta.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos dois escrutinadores para começarem a contar os boletins.

O Sr. **Secretário** (Sebastião Pinheiro): — Não está a Televisão.

O Sr. **Secretário** (Nenésio Afonso): — Passamos à contagem dos votos para a eleição dos 5 Juízes para o Tribunal Constitucional.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tendo em conta que na primeira volta não se conseguiu os 2/3 do resultado esperado, portanto, vamos imediatamente iniciar a segunda volta da eleição de 5 Juízes Conselheiros para o Tribunal Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Secretário Nenésio Afonso, para poder chamar os Srs. Deputados, de forma nominal, a fim de votarmos.

O Sr. **Secretário** (Nenésio Afonso) procedeu à chamada nominal dos 55 Deputados, a fim de participarem no processo de votação, segunda volta.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria que continuasse a escrutinar o acto.

O Sr. **Secretário** (Nenésio Afonso Mesa): — Sr. Presidente, passamos à contagem dos votos.

O Sr. **Presidente**: — Quero anunciar o seguinte: foram eleitos como Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional os Srs. Carlos Olímpio Stock, Fábio da Graça Sousa Sardinha e Santos, Jonas Gentil da Cruz, José António Vera Cruz Bandeira e a Sra. Kótia Solange do Espírito Santo Menezes.

Aplausos do ADI.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para proceder à leitura do projecto de resolução que formaliza a eleição dos Juízes do Tribunal Constitucional.

A Sra. **Secretária**: — Projecto de resolução n.º 63/X/7.ª/2018 — Eleição de Juízes do Tribunal Constitucional.

Preâmbulo.

Tornando-se necessário proceder à eleição dos Juízes do Tribunal Constitucional, em conformidade com os artigos 8.º, 9.º e 10.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Eleição.

São eleitos os Srs. Carlos Olímpio Stock, Jurista, Fábio da Graça Sousa Sardinha e Santos, Magistrado, José António Vera Cruz Bandeira, Magistrado, Kótia Solange do Espírito Santo Menezes, Magistrada, e Jonas Gentil da Cruz, Jurista, como Juízes do Tribunal Constitucional.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Janeiro de 2018.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

O Sr. **Presidente**: — Há alguma intervenção da parte do Srs. Deputados?

Não havendo, passemos rapidamente à votação, na generalidade, desse projecto de resolução. Então, vamos proceder, como dizia, à votação, na generalidade, do projecto de resolução n.º 63/X/7.ª/2018 – Que elege Juízes Conselheiros de Tribunal Constitucional.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor.

Passemos imediatamente para a votação na especialidade. Como sabem, na especialidade, vamos começar a apreciar o preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor.

Vamos aprovar o artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor.

Vamos aprovar o artigo 2.º.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor.

Passemos rapidamente para a votação final global do projecto de resolução n.º 63/X/7.ª/2018.

Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, para fazer uma declaração de voto.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do ADI votou a favor da eleição dos 5 Juízes para a função de Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, porque entendemos que o País reclamava por uma instituição tão nobre e tão necessária como essa, um dos pilares da nossa democracia, passados cerca de 14 anos depois. Portanto, há cerca de 14 anos que o País reclamava por uma instituição deste género.

Nós votamos a favor, porque o povo precisa.

Votamos a favor, porque há necessidade de estabilidade.

Votamos a favor, porque assim o povo nos elegeu e temos 60% do mandato para podermos, em nome do povo, criar as instituições credíveis para o bem da democracia e para o bem de São Tomé e Príncipe.

O Grupo Parlamentar do ADI lamenta a situação que decorreu nesta Casa Parlamentar, nos últimos 2 dias e hoje testemunhamos, por duas vezes, um Deputado partir a urna de votação. Nós entendemos que não havia a necessidade de chagarmos a esse ponto, somos pela paz, somos pelo diálogo, mas os outros não vieram e não estão a favor do diálogo.

Por essa razão, pedimos ao povo de São Tomé e Príncipe para se juntar a nós, em defesa da democracia, porque se os outros têm o direito de reclamar, nós também temos o direito de trabalhar e fazer o País avançar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado.

Também gostaria de anunciar que amanhã continuaremos com a nossa sessão, porque temos assuntos agendados para discutir amanhã.

Por favor, faço isso oficialmente para saberem, aliás as convocatórias já diziam, na altura, e sabem que amanhã temos que continuar a sessão plenária.

Posto isto, não vou alongar muito mais, terminamos assim a nossa agenda do dia.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 25 minutos.